

BENEDITO ROBERTO GARCIA POZZER

*Correlação entre Acusação
e Sentença no
Processo Penal Brasileiro*



São Paulo
2001

© BENEDITO ROBERTO GARCIA POZZER, 2001

Produção Gráfica: Método Editoração e Editora Ltda.

Fone: (11) 3361-4788 – Fax: (11) 3361-4795

Capa: Luis Augusto Beraldi Colombo

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS (IBCCRIM)

Diretoria da gestão 2001/2002

Presidente: ROBERTO PODVAL

1.º Vice-presidente: ALBERTO SILVA FRANCO

2.º Vice-presidente: ADRIANO SALLES VANNI

1.º Secretário: GERALDO ROBERTO DE SOUZA

2.º Secretário: CECÍLIA SOUZA SANTOS

3.º Secretário: PAOLA ZANELATO

Tesoureiro: TATIANA VIGGIANI BICUDO

Tesoureiro-adjunto: MARIÂNGELA MAGALHÃES GOMES

Departamento de Biblioteca: SILVIA HELENA FURTADO MARTINS, ADRIANA HADDAD UZUM e ADILSON PAULO PRUDENTE DO AMARAL FILHO

Departamento de Boletim: JANÁINA CONCEIÇÃO PASCHOAL, CELSO EDUARDO FARIA CORACINI e FERNANDA VELLOSO TEIXEIRA

Departamento de Cursos: MARCO ANTONIO RODRIGUES NAHUM, FÁBIO DELMANTO, FLÁVIA D'URSO ROCHA SOARES, ANTONIO SERGIO A. MORAES PITOMBO, ANA LUCIA MENEZES VIEIRA, CECÍLIA SOUZA SANTOS e HELOISA ESTELLITA SALOMÃO

Departamento de Estudos e Projetos Legislativos: MAURÍCIO ZANOIDE DE MORAES, ADAUTO SUANNES e CARLOS ALBERTO PIRES MENDES

Departamento de Internet: SERGIO ROSENTHAL, ROGÉRIO MARCOLINI e RENATO DE MELLO JORGE SILVEIRA

Departamento de Relações Internacionais: ANA PAULA ZOMER, ANA LÚCIA SABADELL e MARIÂNGELA MAGALHÃES GOMES

Revista Brasileira de Ciências Criminais: MARIA THEREZA ROCHA DE ASSIS MOURA, CLEUNICE VALENTIM BASTOS PITOMBO e SYLVIA HELENA DE FIGUEIREDO STEINER

Núcleo de Pesquisas: ENEIDA GONÇALVES DE MACEDO HADDAD, LUCI GATI PIETROCOLLA e ANA LÚCIA PASTORE SCHRITZMEYER

Rua XI de agosto, 52, 2.º andar,

CEP 01018-010 São Paulo, SP, Brasil

Tel.: (11) 3105-4607 (tronco-chave)

<http://www.ibccrim.com.br>

e-mail: ibccrim@ibccrim.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pozzer, Benedito Roberto Garcia

Correlação entre acusação e sentença no processo penal brasileiro / Benedito Roberto Garcia Pozzer. — São Paulo : IBCCRIM, 2001.

Bibliografia.

1. Acusação 2. Fatos jurídicos 3. Processo penal Brasil 4. Sentenças (Processo penal) Brasil I. Título.

01-1677

CDU-343.133:343.15(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Acusação e sentença : Correlação
Processo penal 343.133:343.15(81)

TODOS OS DIREITOS DESTA EDIÇÃO RESERVADOS

Impresso no Brasil *Printed in Brazil*
2001

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
APRESENTAÇÃO	15
1. Regras determinantes da correlação	
1.1. Introdução	19
1.2. Devido processo penal	21
1.3. Sistemas processuais penais	25
1.3.1. Processo penal acusatório moderno	29
1.4. Busca da verdade processual	35
1.5. Contraditório e ampla defesa	46
1.6. Conclusão	49
2. Acusação	
2.1. Introdução	51
2.2. Conceitos e elementos	52
2.2.1. Imputação: Fato de relevância penal	66
2.2.2. Imputação: Indicação do autor	72
2.2.3. Responsabilização	75
2.3. Acusação durante a persecução penal	78
2.3.1. Acusação durante a fase investigativa	82
2.3.1.1. Acusação no inquérito policial	85
2.3.1.2. Acusação na prisão em flagrante delito	91
2.4. Acusação durante a ação penal condenatória	99
2.4.1. Acusação na denúncia ou queixa	103
2.4.1.1. Exposição do fato penal relevante, em todas circunstâncias	106

2.4.1.2. Individualização do acusado	115
2.4.1.3. Classificação do crime	118
2.4.2. Acusação no libelo-crime acusatório	119
2.4.3. Acusação nas alegações finais	121
2.5. Controle judicial da acusação	122
2.6. Conclusão	126

3. Sentença

3.1. Introdução	129
3.2. Conceito e elementos da sentença	130
3.2.1. Relatório	132
3.2.2. Motivação	134
3.2.3. Dispositivo	136
3.3. Definição jurídico-penal do fato imputado	138
3.4. Vinculação do juiz ao fato imputado	141
3.5. Conclusão	145

4. Correlação

4.1. Introdução	147
4.2. <i>Emendatio libelli</i> : a definição jurídica diversa	150
4.3. <i>Mutatio libelli</i>	156
4.3.1. Nova definição jurídica do fato imputado	161
4.3.2. Nova definição jurídica do fato, que importe aplicação de pena mais grave	162
4.3.2.1. Natureza jurídica da decisão judicial que deter- mina a “baixa dos autos”	164
4.3.2.2. A situação jurídica do julgador que determina a “baixa dos autos”	165
4.3.2.3. Aditamento da denúncia ou queixa, com possibi- lidade de recusa pelo acusador	167
4.4. Correlação nos procedimentos de competência do Tribunal do Júri	170
4.4.1. Correlação entre acusação e decisão de pronúncia	171
4.4.2. Correlação entre pronúncia e libelo acusatório	176
4.4.3. Correlação entre libelo e acusação em plenário	181

4.4.4. Correlação entre acusação em plenário e quesitos	183
4.4.5. Correlação entre quesitos e votação	184
4.4.6. Correlação entre votação e sentença do juiz-presidente ...	186
4.5. Correlação e a teoria finalista da ação	188
4.5.1. Correlação nos crimes culposos	189
4.6. Correlação no concurso de crimes e de pessoas	192
4.7. Correlação nos procedimentos penais da Lei 9.099/95	193
4.8. Correlação entre acusação e sentença nos processos de competência da Justiça Militar	196
4.9. <i>Emendatio e mutatio libelli</i> , em segundo grau de jurisdição	198
5. Conclusão final	201
BIBLIOGRAFIA	207